



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

ABERTURA

1. ABERTURA

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas dezoito horas e trinta e seis minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Maria de Fátima Pires Rodrigues (PPD/PSD), em substituição do Sr. Vereador Nuno Óscar Lopes Tomás;
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente informou que o Sr. Vereador Nuno Tomás se encontrava ausente por motivos de saúde, tendo solicitado a sua substituição.

Prosseguindo, declarou aberta a reunião, dando início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

1.1. Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Pedido de comparticipação de despesas de transporte

1.2. Sport Castanheira de Pera e Benfica – Pedidos de transporte, de cedência dos balneários do Pavilhão Municipal e de isenção do pagamento das respetivas taxas

1.3. Proposta de atribuição de topónimo e de numeração de polícia em Moredos

2. Secção de Recursos Humanos

2.1. Mapa de Pessoal para o ano de 2019 – Afetação de Verbas

2.2. Abertura de Procedimentos Concursais Comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico e um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional

3. Secção Financeira

3.1. Balancete

3.2. Pagamentos

4. Secção de Aprovisionamento, Gestão de Stocks e Património

4.1. ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. - Cessão de viatura



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

5. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais

5.1. Alargamento e retificação da Estrada Municipal 518 - Corte de Estrada

5.2. Abertura do procedimento de concurso público referente à empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta)/ Incêndios 2017” – Ratificação de despacho

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

Foi presente a ata n.º 22/2018, respeitante à reunião de 30 de novembro, tendo a Sra. Presidente perguntado aos Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração à mesma.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes informou que, uma vez que a ata apenas tinha sido remetida no dia anterior, os Vereadores do PS não tiveram possibilidade de a ler convenientemente e como tal solicitavam que a sua votação fosse adiada para a próxima reunião de Câmara, tendo a Sra. Presidente aquiescido, pelo que a votação ficou adiada para a próxima reunião de câmara.

De seguida, a Sra. Presidente informou que não foi possível concluir as atas n.º 23/2018, de 14 de dezembro, e n.º 24/2018, de 27 de dezembro, pelo que a sua votação ficará, também, adiada para a próxima reunião de câmara.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por prestar as seguintes informações:

- Através de e-mail de 08/01/2019, veio a Associação Nacional de Municípios Portugueses informar que, no âmbito do processo de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, em sede de aprovação do Orçamento do Estado para 2019 foram rejeitadas na Assembleia da República as normas relativas à dotação do Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), previsto na alteração à Lei das Finanças Locais, não havendo, no momento, possibilidade de serem efetuadas alterações orçamentais destinadas ao seu reforço nem estando determinado qual o procedimento legal a seguir para o efeito.

Em consequência de tal situação, a ANMP exige ao Governo e aos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República que clarifiquem qual o procedimento legal que garanta o financiamento do processo de descentralização em curso, devendo esta clarificação ser efetuada antes da publicação e entrada em vigor dos restantes Decretos-Lei setoriais.

- Considerando a deliberação tomada por unanimidade em reunião ordinária da Câmara Municipal de 4 de outubro de 2005, referente à indemnização/compensação a Manuel dos Santos Ventura pela cedência de uma área terreno para alargamento e retificação da EM 518 e que se encontra em curso a empreitada “Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndios 2017”, que inclui a execução de intervenções na referida Estrada Municipal,



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

deslocaram-se ao local (Vale Salgueiro) técnicos municipais, a fim de, conjuntamente com o proprietário, aferir as condições em que poderá ser dado cumprimento à aludida deliberação, no que ao muro de vedação diz respeito. Nessa sequência produziram a informação que se anexa, onde referem que a concretização daquela deliberação se desenvolverá através da execução de um muro de alvenaria de blocos, com 1 metro de altura e 44 metros de comprimento, com uma única abertura de 3,50 metros.

- Ainda a propósito das questões relativas à descentralização de competências, encontra-se agendada para o próximo dia 17 de janeiro corrente, a pedido da CIMRL, uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Na sequência da última informação elencada, a Sra. Presidente deu conta que basta um município vir dizer que não aceita as competências que o Estado quer transferir para as entidades intermunicipais para que todo o processo seja obstruído, como aconteceu com o município de Pombal que veio dizer que não aceita a transferência de qualquer competência, quer municipal quer intermunicipal. Mais afirmou, que esta reunião agendada com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local será no sentido de esclarecer as dúvidas.

Intervindo, Sr. Vereador António Antunes perguntou quem iria estar presente na reunião agendada com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, tendo a Sra. Presidente informado que iriam ser todos os Presidentes de Câmara da CIMRL.

Volvendo, o Sr. Vereador António Antunes perguntou se este executivo já tinha uma posição tomada sobre esta matéria.

A Sra. Presidente informou que tem muitas dúvidas em termos de financiamento porque, apesar de haver algumas matérias que são relativamente simples, outras não o são, acrescentando que não há definição de qualquer montante e como tal não é fácil tomar uma decisão sem uma base sustentável, citando, a propósito, alguns exemplos.

Retomando, o Sr. Vereador António Antunes perguntou se já tinha saído algum diploma sobre a saúde e a educação, tendo-lhe a Sra. Presidente respondido que até ao momento não.

A este propósito houve alguma troca de impressões, tendo, de seguida, a Sra. Presidente concluído que, na sua opinião, este executivo deve aguardar pela realização desta reunião para posteriormente tomar a sua decisão, o que mereceu a anuência de todos.

Continuando, a Sra. Presidente referiu que, conforme já tinha informado na última reunião, a ARTEiMANHA, sediada em Figueiró dos Vinhos, solicitou junto do Executivo o agendamento de uma reunião para dar conta de um projeto que incide sobre a recolha de imagens pela National Geographic, no entanto, e após a



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

escolha do local para as filmagens, chegou-se à conclusão que o Município não tem de se pronunciar uma vez que o local pretendido pertence ao ICNF.

Informou ainda que reuniu com a Diretora da Segurança Social de Leiria que lhe transmitiu que a Assistente Social que fazia o acompanhamento exclusivamente em Castanheira de Pera desde os incêndios de junho de 2017 passará a vir apenas dois dias por semana, pois nos restantes três dias irá para Pedrógão Grande onde há um maior nível de casos a necessitar de acompanhamento comparativamente com o nosso concelho.

Em seguida, informou que se realizou no presente dia, de manhã, uma reunião do REVITA onde foram analisadas as situações noticiadas pela comunicação social, tendo sido decidido pela Comissão Técnica manter as situações que estavam a ser acompanhadas pela mesma.

Por último, informou que, também no presente dia, às 15 horas esteve com a Dra. Fernanda Carvalho em Alvaiázere, a convite do Sr. Secretário de Estado da Valorização do Interior, numa sessão de apresentação do concurso Portugal Inovação Social para Revitalização do Pinhal Interior, tecendo uma breve exposição sobre o programa do evento.

No uso da palavra, a Dra. Fernanda Carvalho complementou a informação prestada pela Sra. Presidente sobre o evento, referindo que esta candidatura é dirigida a IPSS'S, fundações, cooperativas, mas também a empresas que queiram implementar iniciativas de inovação e empreendedorismo social.

Nessa sequência, a Sra. Presidente informou que as IPSS'S podem, em parceria, apresentar candidaturas, acrescentando que quem tiver *“uma incubadora no território tem a vida facilitada”*, tendo inclusivamente lá sido mencionado que era importante que exista uma nesta zona, o que não significa que seja uma por concelho.

Intervindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que talvez fosse oportuno que o Município tentasse encontrar mecanismos de sensibilização dos agentes que temos no concelho para que estejam alerta para este tipo de financiamentos, constituindo-se como agentes promotores da própria incubadora.

A Sra. Presidente informou que está agendada uma reunião para o próximo dia 31 de janeiro, às 15h30h, com entidades do concelho, aqui na Câmara Municipal, no âmbito do aviso de candidaturas para revitalização do Pinhal Interior.

Prosseguindo, interveio o Sr. Vereador António Antunes que, a propósito da informação dada referente à indemnização/compensação a Manuel dos Santos Ventura pela cedência de terreno para alargamento da uma curva na estrada EM 518, questionou o que vai ser feito na curva a seguir, se vai haver algum reperfilamento da estrada.

A Sra. Presidente lembrou que esta situação junto à casa do Sr. Manuel Ventura foi objeto de uma deliberação de 2005 e que agora apenas vai ser concretizada sendo que à parte dessa intervenção não estava mais nada decidido.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

Intervindo, o Sr. Vereador João Graça complementou a informação referindo que os técnicos se encontram a avaliar a execução de intervenções na referida Estrada Municipal de forma a verificar qual será melhor opção.

Seguidamente, usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntando se o terreno contíguo à estrada, na curva a seguir à casa do Sr. Manuel Ventura, pertence ao Município, uma vez que o Sr. Vereador João Graça referiu que provavelmente vão redefinir o traçado.

Em resposta, o Sr. Vereador João Graça informou que não foi efetuada qualquer avaliação para redefinir o traçado daquela estrada municipal com exceção da zona junto à casa do Sr. Manuel Ventura.

Intervindo, a Dra. Bernardina informou que, do que tem conhecimento, nunca houve outras questões relacionadas com a redefinição daquela estrada à exceção do acordo com o Sr. Manuel Ventura.

Prosseguindo, interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para deixar, em nome dos Vereadores do PS, o desejo de melhoras rápidas e efetivas ao Sr. Vereador Nuno Tomás e que volte rápido ao exercício de funções no pleno gozo das suas faculdades de saúde.

Continuando, transmitiu que os Vereadores do PS já fizeram este exercício e ponderaram não o repetir, porém, consideram que seria *“algo irresponsável”* não o fazer novamente tendo em conta que esta é a primeira reunião de Câmara que sucede à Assembleia Municipal realizada em 27 de dezembro de 2018.

Disse então que, sem quererem entrar *“por caminhos ambíguos”* no sentido de se *“substituírem às legítimas funções e atribuições do órgão Assembleia Municipal”*, é seu entendimento que tendo estado lá presentes, como se exige, e tendo tomado conhecimento de uma série de situações que só vieram *“adensar algumas dúvidas”* que têm, não podem deixar de aqui expressar os seus pontos de vista.

Assim, entenderam que devem trazer essas dúvidas à discussão da Câmara Municipal porque, na sua opinião, este é o sítio certo para as voltar a colocar.

Nestes termos, começam por lamentar o facto de a Sra. Presidente não ter respondido às questões que lhe foram colocadas em sede de Assembleia Municipal. Referiu que consideram que a Sra. Presidente *“chegou ao cúmulo, salvo melhor opinião”* de responder a um membro daquele órgão para ir ler documentos anteriores, parecendo-lhes que não fica bem enquanto *“Presidente do Município, furtar-se a dar qualquer tipo de esclarecimento, que é também esse o seu papel naquela reunião”*.

Em resumo, deu conta que perceberam, uma vez mais, na reunião da Assembleia Municipal, como em reuniões da Câmara Municipal, que sobre a questão da Lusiaves, matéria à qual a Sra. Presidente não respondeu tendo apenas dito que haviam apresentado uma solução alternativa, *“o posicionamento deste executivo é deixar a bola do lado do putativo investidor”*, questionando se este ajuntamento está correto.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

Nesta senda, a Sra. Presidente fez notar que nunca demonstrou essa posição e que apenas tem informado que foi apresentado um terreno alternativo à Lusiaves e que esse terreno tem condicionantes.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se estão a aguardar alguma resposta do investidor, tendo a Sra. Presidente respondido de imediato que não é ao investidor que compete retirar as condicionantes e que, neste momento, o Município está a aguardar que as entidades competentes se pronunciem, uma vez que o terreno se encontra em área ardida e em área de RAN e de REN.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se o que está em causa na área do Município é o que diz respeito às edificações em áreas ardidas e qual é a posição da RAN e REN

A Sra. Presidente informou que quanto à área ardida o INCF nem sequer se pronunciou porque não tem forma de levantar a condicionante, e que quanto à RAN e à REN, estas entidades podem até autorizar porque nas reuniões sobre este assunto todas as entidades envolvidas estão representadas e apresentam a sua tomada de posição.

Depois de mais algumas questões colocadas pelo Sr. Vereador Gonçalo Lopes e das respostas da Sra. Presidente sobre o desenrolar do processo interveio o Sr. Vereador António Antunes registando que *“mais uma vez solicitava ter acesso ao processo”*, que lhe façam chegar a documentação que existir sobre o assunto para dessa forma ficarem esclarecidos.

Na continuidade, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes reforçou a intenção de consultar toda a documentação verificando deste modo a forma como este processo foi instruído. Mencionou que, ainda assim, considera *“paradoxal o Município colocar-se em espera do investidor”* quando deveria, na sua opinião, continuar a batalhar e a tentar criar condições para que o investimento, fazendo parte de uma prioridade estratégica se o Executivo assim o entender, seja efetivado. Acrescentou que lhe parece que o Município não está em condições de se colocar a aguardar que os problemas sejam resolvidos.

Interpolando, a Sra. Presidente objetou que existem condicionantes a nível de legislação que não consegue ultrapassar.

No uso da palavra, o Sr. Vereador João Graça referiu que ainda há outro problema que pode levar a que as soluções eventualmente apresentadas pelo Município não sejam exequíveis, que é o facto de a empresa querer uma área muito grande o que restringe muito o leque de alternativas.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez referência ao espaço da Retorta perguntando à Sra. Presidente se esta tinha ou não conhecimento de investidores interessados naquele espaço em concreto, tendo, de imediato, a Sra. Presidente respondido que tinha conhecimento de um investidor.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

Na sequência da resposta, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou à Sra. Presidente o que fez quando teve esse conhecimento.

Em resposta, a Sra. Presidente esclareceu que para já não podia fazer nada, uma vez que a Retorta neste momento não está em condições de albergar nenhuma empresa.

Contrapondo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se a Sra. Presidente tentou aferir se o hipotético investidor estava interessado na Retorta naquelas condições, ao que a Sra. Presidente respondeu que não, tendo em conta que sabe em que condições se encontra a Retorta.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes disse lamentar essa atitude, acrescentando que tem conhecimento que o investidor se propunha vir para Castanheira de Pera, para aquele espaço, nas condições em que o mesmo se encontrava, criar *“quarenta e cinco”* postos de trabalho.

Salientou que não entende como é que a Sra. Presidente, ao entrar em funções e ao ter conhecimento de que há uma demonstração de interesse de um potencial investidor, não toma medidas para potenciar esse interesse, tendo a Sra. Presidente argumentado que não tinha conhecimento que era taxativamente um potencial interessado.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmou que sabia que, de facto, era um potencial investidor porque foi *“fazer o trabalho que a Sra. Presidente não fez”*, informando que era uma empresa de Oliveira do Hospital ligada à área da reciclagem de pneus para confeção de pisos de borracha.

Depois de mais alguma troca de impressões sobre o assunto, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes concluiu que esta manifesta falta de interesse era lamentável, salientando que *“nunca a estratégia de um Executivo pode assentar na negligência de uma manifestação de interesse”*.

Contrapondo, a Sra. Presidente respondeu que aquela era a leitura dos Senhores Vereadores do PS e que não correspondia à verdade.

Ainda nesta sequência, interveio o Sr. Vereador António Antunes referindo que também ele considera *“lamentável”* que o Executivo não tenha feito qualquer contacto para perceber a intenção do potencial investidor.

De novo no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que era importante que a Sra. Presidente percebesse o quanto custa este tipo de atitudes a um concelho deprimido demograficamente como o nosso.

Concluiu, referindo que *“o Executivo tinha conhecimento daquela manifestação de interesse e não desenvolveu qualquer estratégia para aprofundar esse interesse e que está aparentemente resignado”*, situação que considera lamentável para Castanheira.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

A propósito, o Sr. Vereador António Antunes fez notar que perceberam *“aqui um bocadinho da estratégia ou da inexistência de estratégia para a criação de postos de trabalho no concelho porque quando um deputado em sede de reunião de Assembleia Municipal assume que adquirir um edifício para criar mais 20 ou 30 postos de trabalho para quê? De facto, juntando as peças todas, mais esta informação que nos está a acabar de transmitir é difícil combater as dificuldades porque não é com turismo que nós lá vamos”*.

Prosseguindo, fez uma chamada de atenção sobre a importância de conseguir fixar as pessoas, combatendo a falta de emprego no concelho porque, na sua opinião, o foco não pode ser apenas o turismo, apesar de ser uma peça relevante, revelando-se importante atrair novas pessoas e empresas porque, ao invés, garantidamente não haverá desenvolvimento e, na sua opinião, *“tratar destes assuntos de uma forma tão ligeira é, de facto, preocupante”*.

De novo com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes manifestou a sua concordância com a opinião do Sr. Vereador António Antunes, acrescentando que depois de ouvir esta troca de impressões começa a perceber algumas informações, percebendo também que deve ser desconfortável e incómodo ouvir da bancada que sustenta este executivo *“este não é o nosso orçamento, eu também não me revejo neste orçamento, neste orçamento não se vislumbra qualquer estratégia”*, questionando se *“é mentira que o deputado Luis Oliva assumiu este posicionamento?”*.

Interveio o Sr. Vereador João Graça, afirmando que o Sr. Vereador Gonçalo Lopes *“está a deturpar as palavras dele”* que as está a *“retirar do contexto”*, esclarecendo que o que o Sr. Membro da Assembleia disse é que as condições encontradas não permitiram ter outro orçamento.

A propósito do orçamento, a Sra. Presidente lembrou que já disse várias vezes que a execução deste orçamento *“é um compromisso de execução não é um compromisso a termo”*.

Nessa sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou o queria dizer com compromisso de execução, argumentando se *“o orçamento não é também um documento previsional de médio e longo prazo”*.

Em resposta, a Sra. Presidente esclareceu que, em seu entender, o orçamento é um documento de compromisso de execução e, com todos os constrangimentos do Município com os quais o Executivo se deparou, entenderam não ter condições para apresentarem um orçamento mais ousado.

Em complemento, o Sr. Vereador João Graça referiu que não é o orçamento que desejariam ter. pois não há condições para tal tendo em conta os constrangimentos financeiros, acrescentando que *“se não tivessem hipotecado parte da nossa receita a pagar empréstimos do passado, a gente podia ter uma atitude diferente”*.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu considerar aquelas palavras como *“demagogia”*.

Retorquindo, o Sr. Vereador João Graça referiu que *“demagogia”* era o que o Sr. Vereador Gonçalo Lopes estava a fazer, uma vez que *“ainda agora referiu que nos últimos anos fugiu a população toda e as empresas do concelho”*, salientando que este Executivo não quer incorrer no mesmo erro, ou seja, não se quer *“deslumbrar e fazer uma gestão descontrolada dos recursos com que o Município ficou”*.

Na sequência, interveio o Sr. Vereador António Antunes dizendo que o Sr. Vereador João Graça faz referência aos recursos que o Município tem para executar, mas nem sequer os recursos exteriores aproveitam e têm de *“passar cerca de três milhões e meio para o ano seguinte porque não têm capacidade para executar”*, não conseguindo, assim, entender o conceito de que o Executivo só coloca no orçamento o que consegue executar, lema que se verificou na apresentação do orçamento para 2018 e que agora se repete para 2019.

Em complemento, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que este conceito *“é curto para as nossas necessidades enquanto concelho”* porque, na sua opinião, um orçamento deve trazer esperança e confiança aos Castanheirenses, a quem está no concelho e a quem possa querer vir aqui investir, pelo que, *“tem de ter uma visão a médio e longo prazo”*.

Em resposta, a Sra. Presidente concluiu que esse conceito de orçamento referido pelo Sr. Vereador Gonçalo Lopes é também partilhado pelo Executivo, mas as condições de facto não lhe permitem implementar em pleno.

De seguida, o Sr. Vereador António Antunes perguntou qual o ponto de situação dos contratos existentes com a DGAL que tinham de ser executados, financeira e fisicamente, até ao final do ano passado.

A Sra. Presidente respondeu que já foi feita a reprogramação desses contratos antes do final do ano.

Retomando, o Sr. Vereador António Antunes informou que gostaria de ter acesso a toda a tramitação do processo.

Prosseguindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez referência à listagem de pagamentos apresentada na última reunião de Câmara, nomeadamente a dois pagamentos efetuados a grupos culturais, questionando de que decorrem os mesmos, tendo a Sra. Presidente respondido que esses pagamentos foram efetuados ao abrigo da candidatura da rede cultural da CIMRL.

Intervindo novamente, o Sr. Vereador António Antunes fez referência, mais uma vez, à última Assembleia Municipal, mais concretamente às palavras do Sr. Presidente daquele órgão, relativamente a um artigo de jornal sobre a transferência



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

de competências intermunicipais, quando teceu considerações sobre o enquadramento da água como um bem essencial. Como tal, o Sr. Vereador António Antunes referiu que os Vereadores do PS pretendiam deixar uma nota em como lamentam que *“pessoas que têm alguma responsabilidade no nosso ciclo, na nossa vida municipal, tenham este tipo de posições”*. Rematou, dizendo que a água continua a ser um bem essencial e sempre o será, independentemente do modelo que seja considerado para a gestão desse recurso.

Com a palavra, a Sra. Presidente referiu que não entendia a observação do Sr. Vereador António Antunes e que apenas o próprio se podia pronunciar sobre o que pretendia transmitir.

Continuando, o Sr. Vereador António Antunes fez referência a uma intervenção no PAOD da já citada Assembleia Municipal relativamente a uma zona industrial no sul do concelho na qual, durante a discussão, foi dito que *“ainda não estava descartada essa hipóteses”*, pedindo, assim, mais informações sobre essa questão

Intervindo novamente, a Sra. Presidente esclareceu que essa questão tem a ver com um levantamento efetuado há alguns anos, um trabalho feito, inclusivamente, com alguns dos proprietários dos terrenos da zona em questão, tendo sido afirmado que o Município continua a ponderar a possibilidade de a concretizar.

Prosseguindo, o Sr. Vereador António Antunes fez referência a uma questão mencionada na última reunião de Câmara, e posteriormente na Assembleia Municipal, relativamente a uma lista de muitos concursos que ficaram desertos, relembrando que na altura pediu essa lista e que agora reiterava esse pedido.

Por último, interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que, na sequência da informação prestada sobre a reunião do REVITA, perguntou à Sra. Presidente se tem presente quantas casas faltam concluir.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que faltam concluir 5 habitações mas que não estão todas a ser construídas pelo fundo REVITA.

No seguimento da resposta, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes perguntou se uma dessas cinco casas é a da Valinha Fontinha tendo a Sra. Presidente respondido afirmativamente.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que sem querer fazer quaisquer segundas interpretações mas sendo intelectualmente honestos e procurando ser politicamente coerentes, lembrou que quatro meses após os incêndios, e em campanha pré eleitoral, assistiu-se, sobre aquela situação em concreto, a algumas publicações legítimas, a uma série de posições de pessoas com responsabilidades políticas que tentavam imputar o não começo das obras a *“alguma manifestação de incompetência e de incapacidade dos agentes que estavam a tratar do caso”*. Assim, e sabendo que o Município não está diretamente



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

envolvido com aquele processo, questionou o que sabe a Sra. Presidente sobre a referida reconstrução.

Com a palavra, a Sra. Presidente explicou que aquela situação não é apenas uma reconstrução porque senão seria fácil. Deu conta que, do que tem conhecimento, há um grupo de trabalho formado por voluntários, que solicitou ao Município a indicação de um caso social que pudesse ajudar. Mencionou que o Executivo, na época, indicou aquela família pela sua situação social, tendo o grupo de trabalho elaborado um projeto de ampliação da casa.

Acrescentou se registaram uma série de condicionantes ligados, nomeadamente à necessidade de aquisição de um terreno contíguo para se proceder à referida ampliação o que retardou o arranque das obras.

Prosseguindo, mencionou que, entretanto, o grupo de trabalho verificou que a ampliação da casa iria ficar num valor elevado e sendo “consciencioso” decidiu que não começava a obra sem ter a garantia de que teria o financiamento todo assegurado e assim, apresentaram a situação ao Conselho REVITA que decidiu apoiar a obra.

Continuando, a Sra. Presidente descreveu uma série de procedimentos e de medidas inerentes a todo o processo, que causaram e que continuam a causar, alguma demora no desenrolar da obra, a que acresce a celeuma social em volta da questão dos incêndios, que tem levado a que, apesar de toda a transparência do projeto, neste momento existam pessoas e empresas que estavam na disposição de participar com donativos e que já ponderam se devem ou não, dar esse apoio.

Concluiu referindo que teria sido muito mais fácil reconstruir o que foi danificado pelo incêndio, basicamente seria recuperar o telhado e pintar a casa, do que efetuar a ampliação, mas a decisão foi no sentido de dar àquela família, melhores condições de alojamento.

Antes de terminar, lembrou que a família está alojada na habitação social da Câmara, gratuitamente, até que as obras sejam finalizadas.

No uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes agradeceu a explicação dada pela Sra. Presidente e acrescentou que, na sua opinião, se impõe uma clarificação, e até alguma reposição da verdade, para que se perceba que tudo o que poderia ter sido feito na época dos incêndios hoje foi, e está a ser feito, e como tal considera que comentários e afirmações menos felizes sobre o estado e o decurso daquela obra são, no entendimento dos Vereadores do PS, de repudiar.

A este propósito, a Sra. Presidente informou que já prestou várias declarações à comunicação social a explicar o desenrolar daquela obra.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

4. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. BISSAYA BARRETO – PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO DE DESPESAS DE TRANSPORTE

Presente ofício do Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto - Castanheira de Pera, datado de 07/12/2018, remetendo, para efeitos de



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

comparticipação, fotocópia da fatura no valor de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros) referente à deslocação de 57 alunos do 3.º Ciclo a Lisboa, em 29/11/2018.

Considerando que as visitas de estudo são, por norma, atividades bastante enriquecedoras do percurso escolar dos alunos, permitindo-lhes adquirir novos conhecimentos e vivenciar ambientes e realidades diferentes do habitual;

Considerando que face ao valor das referidas faturas, bem como ao facto de, em regra, cada aluno suportar um custo de 5,00 € (cinco euros) nestas deslocações, a participação em causa ascende ao montante de 465,00 € (quatrocentos e sessenta e cinco euros);

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao solicitado, autorizando a transferência para o Agrupamento de Escolas do montante supra indicado.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA – PEDIDOS DE TRANSPORTE, DE CEDÊNCIA DE BALNEÁRIOS DO PAVILHÃO MUNICIPAL E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS

Presentes e-mails do Sport Castanheira de Pera e Benfica, a solicitar transporte e autorização para utilização dos balneários do Pavilhão Municipal, no âmbito do 2.º Torneio Distrital – Infantis SUB/12 – Série “C” organizados pela Associação de Futebol de Leiria, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando que a atividade física e o desporto contribuem para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da saúde da população, inserindo-se este no domínio nas atribuições e competências do Município, conforme decorre do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inegável mais-valia que o Sport Castanheira de Pera e Benfica, Instituição de Utilidade Pública, representa no fomento da atividade desportiva local e na ocupação de tempos livres, nomeadamente, no seio da comunidade mais jovem;

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar as decisões de cedência de transporte do dia 12 de janeiro de 2019 e de cedência dos balneários do pavilhão gimnodesportivo do dia 05 de janeiro de 2019, com isenção do pagamento das respetivas taxas.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento aos pedidos para as restantes datas, bem como ao pedido de isenção do pagamento das taxas devidas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

6. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO E DE NUMERAÇÃO DE POLÍCIA EM MOREDOS



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

Presente carta remetida por Rui Fernando Silva Marques, residente em Moredos, solicitando a atribuição com a máxima urgência de nome de rua para o local onde se encontra a sua residência, bem como de número de polícia para a mesma, alegando constrangimentos causados pela inexistência destes elementos, nomeadamente, a impossibilidade de atualização da morada constante do Cartão de Cidadão.

Presente informação dos serviços técnicos do Município, propondo como topónimo para a via em causa Rua Principal, com fundamento na tradição desde tempos imemoriais da utilização pelos moradores locais de tal designação e a atribuição do número de polícia 175, cuja cópia se anexa.

Presente também ofício da Junta da União das Freguesias de Castanheira de Pera e coentral, dando parecer favorável ao topónimo referido.

Face ao exposto, propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere atribuir a designação de Rua Principal à via em causa, sita em Moredos.

Mais se propõe que, nos termos do disposto na alínea tt) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere atribuir à habitação do requerente o número de polícia 175.

Ponto retirado da ordem de trabalhos, a fim de ser submetido à comissão de toponímia.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

7. MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019 – AFETAÇÃO DE VERBAS

Considerando o estabelecido no n.º 1 do artigo 31.º do Anexo I da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sob a epígrafe “Orçamentação e gestão das despesas com pessoal”;

Considerando que o n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, determina que compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo do encargo relativo ao recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados;

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, com vista à orçamentação e gestão das despesas com pessoal para o ano de 2019, a Câmara Municipal delibere proceder à afetação do montante máximo de 29.996,00€ para o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal de 2019.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção dos Senhores Vereadores do PS.

8. ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÕES JURÍDICAS DE EMPREGO PÚBLICO, NA



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, TENDO EM VISTA O PREENCHIMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA/ CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO E UM POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA/ CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL

Considerando a necessidade de o Município prover os seguintes postos de trabalho previstos no seu Mapa de Pessoal:

- Posto de trabalho de assistente técnico para exercício de funções de apoio administrativo e arquivo na Divisão de Administração Autárquica, no âmbito do planeamento e ordenamento do território, da gestão urbanística, da urbanização e edificação e dos sistemas de informação geográfica.
- Posto de trabalho de assistente operacional para exercício de funções de serviços gerais na Divisão de Administração Autárquica, no âmbito do Setor de Ambiente e Salubridade.

Considerando que a ocupação destes postos de trabalho se reveste de grande importância, em face dos constrangimentos que se vêm verificando nos serviços camarários advindos da carência/insuficiência de recursos humanos, nomeadamente, nas áreas em questão, potenciados pelo substancial acréscimo do volume de trabalho;

Considerando a necessidade para os serviços respetivos do desempenho das funções previstas no anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

Considerando o constante da Organização dos Serviços do Município publicada no Diário da República n.º 7, de 10 de janeiro de 2013 — Despacho n.º 672/2013;

Considerando as atribuições definidas para o Município pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando a inexistência de reservas de recrutamento no Município para fazer face à ocupação destes postos de trabalho;

Considerando que o Município não dispõe de trabalhadores que possam ser sujeitos a mobilidade interna, nos termos da LTFP, para fazer face à ocupação dos postos de trabalho em questão, a que acresce a elevada escassez de recursos humanos de que o mesmo padece;

Considerando que existe cabimento orçamental para as despesas inerentes aos recrutamentos em apreço.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- A. Proceder à abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico e um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional.
- B. Que os recrutamentos se operem de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sendo efetuados pela ordem decrescente da ordenação final dos candidatos colocados em situação de valorização profissional e,



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

esgotados estes, dos restantes candidatos (n.º 3 do artigo 30.º e alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da LTFP). Caso da aplicação do princípio que antecede resulte a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa, que os recrutamentos se operem, a título excecional, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 30.º da LTFP, de entre candidatos aprovados com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público previamente estabelecido.

C. Que, nos termos do artigo 36.º da LTFP, conjugado com o artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com a redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, sejam adotados os seguintes métodos de seleção:

- Métodos de seleção obrigatórios: prova de conhecimentos e avaliação psicológica;
- Método de seleção facultativo ou complementar: entrevista profissional de seleção.

D. Que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP, para os candidatos que, cumulativamente, sendo titulares da carreira/categoria se encontrem a cumprir ou a executar, ou encontrando-se em situação de requalificação tenham estado, por último, a desempenhar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho objeto da presente deliberação, sejam adotados os seguintes métodos de seleção:

- Métodos de seleção obrigatórios: avaliação curricular e entrevista de avaliação de competências.
- Método de seleção facultativo ou complementar: entrevista profissional de seleção.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 36.º da LTFP, estes últimos candidatos podem afastar, por escrito, a realização destes métodos de seleção, aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos para os restantes candidatos indicados no ponto C desta deliberação.

E. Que, na parte aplicável, o demais prescrito no artigo 36.º da LTFP seja tido em conta, bem como o previsto no ordenamento jurídico vigente sobre a matéria.

F. Que a composição e identificação do júri seja a seguinte, sem prejuízo da necessidade de se recorrer a entidades habilitadas para realização de alguns dos métodos de seleção que dada a sua especificidade assim o exijam (avaliação psicológica e entrevista de avaliação de competências):

- Presidente – Bernardina Pais de Macedo, chefe de divisão;
- Vogais efetivos – Paula Maria Teixeira dos Santos, técnica superior e Domitília da Costa Nunes, coordenadora técnica, sendo que a primeira substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;
- Vogais suplentes - Rui Manuel de Almeida e Silva, técnico superior e Maria Alexandrina Costa Carvalho, assistente técnica.

G. Que o prazo de apresentação de candidaturas seja de 10 dias úteis.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção dos Senhores Vereadores do PS.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

9. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 09 de janeiro de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.414.925,58 € (dois milhões quatrocentos e catorze mil novecentos e vinte e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.367.640,55 € (dois milhões trezentos e sessenta e sete mil seiscentos e quarenta euros e cinquenta e cinco cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 47.285,03 € (quarenta e sete mil duzentos e oitenta e cinco euros e três cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.425.068,88 € (dois milhões quatrocentos e vinte e cinco mil sessenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

10. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 24/12/2018 e 31/12/2018, registados sob os números 1643 a 1759, no valor total de 444.794,83€ (quatrocentos e quarenta e quatro mil setecentos e noventa e quatro euros e oitenta e três cêntimos), respeitantes a despesas orçamentais, e os pagamentos autorizados e efetuados entre 01/01/2019 e 09/01/2019, registados sob os números 1 e 2, no valor total de 378,47€ (trezentos e setenta e oito euros e quarenta e sete cêntimos), igualmente respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

DISCUSSÃO:

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou alguns pagamentos efetuados, nomeadamente à Lusomusic, ao Grupo Coral e à Capersom, tendo a Sra. Presidente respondido que estes pagamentos foram efetuados no âmbito da candidatura da CIMRL sobre reprogramação cultural.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou em que iniciativa estavam integrados, tendo a Sra. Presidente respondido que foram integrados no Natal na Aldeia.

Na sequência da resposta, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se não tinha sido deliberado que o apoio da Câmara Municipal à iniciativa seria feito de todas as formas menos financeira. Assim, questionou se foi a Câmara promotora da candidatura.

A Sra. Presidente respondeu que a entidade promotora foi a CIMRL esclarecendo que havia uma verba adstrita ao mês de dezembro ao abrigo de uma candidatura de quatro anos, e ao abrigo dessa candidatura foram integrados alguns eventos programados para esse mês.

Não se registando mais intervenções a Sra. Presidente passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

11. ESPAP – ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P. – CESSÃO DE VIATURA

Considerando a escassez de viaturas com que o Município de Castanheira de Pera se depara há alguns anos;

Considerando que a ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P., é a entidade que gere o parque automóvel do Estado;

Considerando que o Município de Castanheira de Pera formulou através de requerimento um pedido de cessão de veículo ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 170/2008 de 26 de agosto;

Considerando que o requerimento apresentado mereceu acolhimento junto da ESPAP;

Considerando o elencado no ofício da ESPAP com a referência S.DVE.000.044.642 datado de 17/12/2018, que se anexa à presente deliberação fazendo da mesma parte integrante;

Propõe-se, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 170/2018 de 26 de agosto, a aceitação da cessão da viatura com a matrícula 53-30-QA, marca Nissan efetuada pela ESPAP ao Município de Castanheira de Pera.

DISCUSSÃO:

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para dar os parabéns ao Executivo por ir à procura desta oportunidade referindo que, de facto, o parque automóvel da Câmara é um problema e considera que este tipo de mecanismos é uma boa forma de suprimir essas necessidades.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

12. ALARGAMENTO E RETIFICAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL 518 – CORTE DE ESTRADA

Considerando que a empreitada “Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndios 2017” se encontra em curso e inclui a execução de intervenções na Estrada Municipal 518, acarretando alguns constrangimentos para o tráfego automóvel em alguns troços da mesma, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar o corte ao trânsito da referida via nos locais identificados na planta em anexo, pelo período que se revele necessário à concretização dos indicados fins, devendo para o efeito ser publicitado edital contendo informação detalhada sobre o assunto.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

13. ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO REFERENTE À EMPREITADA “REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS, EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS (PAVILHÃO DA RETORTA)/ INCÊNDIOS 2017” – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 1/2019

Reunião Ordinária de 11 de janeiro de 2019

Presente Despacho proferido pela Presidente da Câmara Municipal em 28/12/2018, determinando o seguinte:

Autorizar a despesa e a abertura do procedimento de concurso público para realização da empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta)/ Incêndios 2017”, bem como a aprovação das respetivas peças procedimentais;

Designar o júri do procedimento com a seguinte composição:

- Presidente – Paula Maria Teixeira dos Santos
- Vogal efetivo – Élia Milene Prata
- Vogal efetivo – João Pedro Pegado
- Vogal suplente – Pedro José Veras
- Vogal suplente – Vítor Henriques Silva

Designar os seguintes elementos para a fiscalização, em representação do dono da obra:

- Eng.º Rui Manuel Almeida e Silva
- Frederico José Teixeira Correia
- Técnico responsável pela coordenação de segurança da empreitada

Designar como gestor do contrato o Eng.º Rui Manuel Almeida e Silva.

Propõe-se que, atento aos fundamentos ínsitos no aludido despacho, a Câmara Municipal delibere proceder à sua ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere retificar a designação do procedimento que consta do despacho, nos termos seguintes: onde se lê “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais (Pavilhão da Retorta)/ Incêndios 2017” deve passar a ler-se “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta)/ Incêndios 2017”.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

ENCERRAMENTO

14. ENCERRAMENTO

Não se registando a presença de público e não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram vinte horas e vinte e quatro minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

O Secretário: _____